



# O desafio da centralidade humana hoje à luz do pensamento de Fabrice Hadjadj e do ensino social católico: implicações à questão econômica

*The challenge of human centrality today in the light of Fabrice Hadjadj's thinking and catholic social teaching: implications for the economic question*

Elvis Rezende Messias <sup>[a]</sup> 

Campanha, MG, Brasil

<sup>[a]</sup> Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)

**Como citar:** MESSIAS, E. R. O desafio da centralidade humana hoje à luz do pensamento de Fabrice Hadjadj e do ensino social católico: implicações à questão econômica. *Revista Pistis & Praxis, Teologia e Pastoral*, Curitiba: Editora PUCPRESS, v. 15, n. 03, p. 490-508, out./dez. 2023. DOI: <http://doi.org/10.7213/2175-1838.15.003.AO02>

## Resumo

O presente trabalho objetiva apresentar panoramicamente a reflexão desenvolvida por Fabrice Hadjadj em seu texto/conferência “Recolocar o homem no centro: desafio antropológico”, colocando-o em diálogo com outras fontes da teologia católica e da Doutrina Social da Igreja no que tange ao tema da antropologia teológica e seus desafios contemporâneos, especialmente em relação à questão econômica. A pesquisa desenvolvida foi de natureza bibliográfica e de viés básico/teórico, tendo como problema central a necessidade de compreender as possíveis imbricações entre a reflexão feita por Hadjadj e o magistério social católico, com vistas a compreender em que medida tal ensino da Igreja ainda tem validade atualmente. Como resultado de investigação, percebemos

<sup>[a]</sup> Doutorando em Educação pela Universidade Nove de Julho (bolsista CAPES), e-mail: [elvismessias.prof@gmail.com](mailto:elvismessias.prof@gmail.com)

que há convergência entre a teologia latente presente no texto de Hadjadj e a clarividente antropologia teológica expressa na Doutrina Social da Igreja, oportunizando-nos o reconhecimento da validade perene desse ensinamento doutrinal nos dias atuais para a promoção da autêntica dignidade humana em uma sociedade que enfrenta sérias dificuldades e entraves socioeconômicos. Do ponto de vista didático, optamos por seguir uma subdivisão temática semelhante às seções originais do texto de Hadjadj, a fim de que a correspondência com sua própria reflexão fique mais evidente ao longo das discussões que aqui propomos. Contudo, ao final, permitimo-nos também acrescentar seções e ampliar reflexões, mas a ampliação aqui proposta é feita de forma conectada com o nosso referencial teórico primário.

**Palavras-chave:** Antropologia Teológica. Dignidade humana. Doutrina Social da Igreja. Economia. Fabrice Hadjadj.

### **Abstract**

*The present work aims to present the reflection developed by Fabrice Hadjadj in his text/conference "Replacing man at the center: an anthropological challenge", dialoguing with other sources of Catholic theology and the Social Doctrine of the Church regarding the theme of theological anthropology and its contemporary challenges, especially in relation to the economic issue. The research developed is of a bibliographic nature and of a basic/theoretical bias, having as a problem the need to understand the possible overlaps between the reflection made by Hadjadj and the Catholic social teaching. As a result of research, we realized that the convergence between the latent theology present in Hadjadj's text and the clairvoyant theological anthropology expressed in the Church's Social Doctrine, giving us the opportunity to recognize the perennial validity of such doctrinal teaching today for the promotion of authentic human dignity in a society that faces serious socio-economic difficulties and obstacles. Didactically, a thematic subdivision followed the original sections of Hadjadj's text, so that the correspondence with his own reflection becomes more evident throughout the reasoning that we propose here. Finally, sections and reflections were added, but the proposed expansion was made in a way connected with the primary theoretical framework.*

**Keywords:** Theological Anthropology. Human dignity. Social Doctrine of the Church. Economy. Fabrice Hadjadj.

---

## Introdução

O sábado foi feito para o homem e não o homem para o sábado (Mc 2, 27).

Tudo quanto existe sobre a terra deve ser ordenado em função do homem, como seu centro e seu termo. (Gaudium et spes, 12).

Fabrice Hadjadj é um filósofo francês, nascido em 1971, de família de origem judia, convertido ao catolicismo no ano de 1988. Profere palestras em todo o mundo e foi membro do Pontifício Conselho para os Leigos de 2014 a 2016, quando esse órgão foi suprimido e teve suas funções transferidas para o Dicastério para os Leigos, a Família e a Vida.

O texto sobre o qual nos debruçamos neste trabalho é a transliteração de uma palestra proferida por Hadjadj poucos dias antes de completar um ano de sua nomeação pelo papa Francisco ao Pontifício Conselho acima citado. Trata-se, portanto, de um texto/conferência preparado para a sua participação no II Encontro Nacional de Leigos, evento promovido pela Conferência Nacional do Apostolado dos Leigos de Portugal e ocorrido na cidade do Porto, em 24 de janeiro de 2015.

O texto/conferência intitula-se *Recolocar o homem no centro: desafio antropológico* e é dividido em cinco partes, a saber: algumas palavras iniciais, sem título próprio; a seção I, chamada “Colocar o homem no centro?”; a seção II, intitulada “Os paradoxos da dignidade humana”; a seção III, denominada “Como se coloca, hoje, a questão do homem?”; e a seção IV, cujo título é “O verdadeiro sentido da economia”. O texto possui, ainda, uma breve conclusão, sem título próprio, presente logo ao fim da última seção. Para fins didáticos, ele também possui numeração de parágrafos, tal como ocorre comumente nos “documentos eclesiais”, o que facilita a identificação de determinadas reflexões dentro de uma mesma página. Ao todo são 23 números, alguns deles contendo mais de um parágrafo textual.

A título de introdução temática, logo nas palavras iniciais de seu texto/conferência, Hadjadj convida a uma reflexão sobre a nossa realidade, considerando que, “ter fé no Deus criador e redentor, (sic) é poder olhar a realidade de maneira mais inteligente e menos temerosa” (Hadjadj, 2015, p. 1, n. 1<sup>1</sup>). A fé, assim como interpela o tempo presente e o ilumina, é também instigada pelos “sinais dos tempos”, especialmente porque não é uma realidade vivida de forma alienada dos fenômenos sociais.

De modo concreto, para Hadjadj, segundo reflete a partir do discurso de Francisco (2014) proferido em Seminário Internacional sobre economia inclusiva em 2014, nossa realidade tem sido marcada por uma latente cultura do desperdício, a partir da qual muitas coisas são descartadas, inclusive pessoas. Tal modelo socioeconômico baseia-se em um critério marcadamente utilitarista da realidade, que, por sua vez, em nome da busca do “útil” e do “eficiente”, coloca o ser humano em um estado de servilismo indigno, inferiorizante, descartável e individualista.

Como se pode ver, o problema antropológico é evidente e com graves implicações econômicas, sociais, culturais etc. Daí que se apresenta em nosso contexto, segundo o autor, a urgência de se *recolocar o ser humano no centro*. Contudo, isso não deve ser feito qualquer modo, acriticamente, e sim como exige a grandeza da dignidade humana, a fim de que não caiamos em antropocentrismos e humanismos vazios. Como diz Hadjadj (2015, p. 2, n. 3), “a coisa parece simples. Contudo, tem matéria para nos deixar perplexos”.

---

<sup>1</sup> Optamos por inserir tanto a página quanto o número específico daquilo que será citado do texto/conferência de Hadjadj.

## A questão dos antropocentrismos e dos humanismos

Colocar o ser humano no centro não é equivalente ao reivindicar de um antropocentrismo egoísta e vazio. Aliás, o próprio conceito de “reivindicação” no cristianismo se opõe a idealizações individualistas; *rei-vindicatio* é, em perspectiva tomista, uma virtude que pode ser traduzida como “reclamação” (*vindicatio*) “da coisa” (*rei*). Ou seja, trata-se de uma busca efetiva pela recuperação daquilo que é fundamental para uma pessoa viver dignamente conforme o ser social que ela é. Como se pode notar, há nessa virtude uma forte referência ao sentido do bem comum e à justiça social (Josaphat, 2002, p. 54-59).

Ao contrário, então, de um antropocentrismo fechado, que faz do individualismo um dogma socioeconômico intocável, tal como ocorre no liberalismo, reivindicar a recolocação da centralidade humana pressupõe a denúncia de falsos humanismos e a necessidade de reconhecer que todos somos humanos e precisamos “estar no centro” justamente como humanos, e não como um joguete de um sistema individualista e utilitarista que descarta algumas vidas em detrimento de outras. A contento, o individualismo fere radicalmente a marca fundamental do ser humano, que é ser “pessoa”: ser relacional, transcendente, vocacionado ao aperfeiçoamento de sua própria humanidade e detentor de uma dignidade que não se perde.

Nesse sentido, “recolocar” o ser humano “no centro” não se trata de um *slogan*, alerta Hadjadj (2015, p. 2, n. 4), mas de um compromisso sério de compreensão sobre o que é próprio da realidade humana. O que está em jogo é uma questão antropológica de base.

Impõe-se, daí, o desafio de “reconhecer” o *lugar original* da pessoa humana, de onde nunca devia ter saído e do qual todo movimento de saída foi uma *queda de si mesmo*, foi um caminho alienante (Sesboüé, 2021). Agostinho, por exemplo, vai compreender que isso é uma consequência drástica do pecado humano, ocasionando uma desordem de natureza antropológica que leva a mais pecado ainda, numa “dialética descendente”, em que “o homem está em contradição consigo mesmo [...] é remetido à sua própria finitude, condenado ao recuo de si mesmo” (Sesboüé, 2021, p. 231). É preciso, então, recolocar o ser humano no centro, mas como ocorrido na dinâmica do filho pródigo, que, uma vez caído *de si mesmo*, caiu *em si* e voltou *a si*. Diz Santo Agostinho (*apud* Sesboüé, 2021):

Sim, ele [o filho pródigo] havia caído de si mesmo, saído de si mesmo. Separou-se de seu pai para dissipar-se exteriormente. [...] O que o Salvador diz desse filho que tinha dissipado todo o seu bem? “Tendo voltado a si mesmo...”, se, então, ele volta a si é que tinha saído de si. Sim, tinha caído de si mesmo, saído de si mesmo. [...] Ele volta, então, a si, retorno, assim, a si, para voltar a Deus, de onde ele tinha caído em si. E, caindo em si, tinha saído de si; mas, voltando a si, não devia permanecer a si, para daí não sair novamente (Agostinho *apud* Sesboüé, 2021, p. 232).

A exigência de pensamento crítico é grande, a questão antropológica é profunda: O ser humano, quem é ele?<sup>2</sup> Questão irrenunciável. Mas, segundo a cosmovisão da realidade sócio-econômico-cultural utilitarista, individualista e do descarte, perguntar-se seriamente sobre isso é uma perda de tempo, posto que ela “de nada serve” para a lógica do progressismo, que é marcadamente a que mais lhe importa. Ora, sem dispor-se a uma questão antropológica de base, seu antropocentrismo é, assim, idolatria reducionista que encerra toda antropologia em uma mera mercadologia-mercadolatria: desumaniza, despersonaliza, abafa a transcendência humana.

---

<sup>2</sup> Tomamos emprestada a expressão que dá título à obra de Battista Mondin (1980), *O homem, quem é ele? Elementos de antropologia filosófica*.

Bernard Sesboüé, refletindo ainda à luz do pensamento de Agostinho, diz que, nessa situação marcadamente de pecado,

A verdadeira idolatria [...] Consiste em pôr seu bem último no finito, no criado: é divinizar, absolutizar o finito. Por esse motivo, o homem é atirado a uma busca ilimitada das coisas, objeto após objeto. [...] “A alma escorrega para o menos que ela toma como mais, porque ela também não se satisfaz e nada lhe satisfaz [...]”. Essa busca ilimitada aliena o homem de si mesmo: põe-no à porta, faz-lhe perder sua interioridade. [...] Essa busca torna-se alienação, escravidão. O homem se perde. [...] O fracasso da caminhada é mascarado pela ilusão, por um tipo de miragem que recua sem cessar diante de si, mas mantém a falsa esperança de que o desejo do absoluto se realizará um dia (Sesboüé, 2021, p. 232-233).

Por um lado, é preciso reconhecer que “o espírito moderno sempre se quis humanista” (Hadjadj, 2015, p. 3, n. 5). Mas, por outro, é preciso perguntar: que humanismo ele quis e, de fato, produziu? Muitas das atrocidades que o pretense humanismo moderno produziu descredibilizam sua pretensão verdadeiramente humanista. Na prática, a autoexaltação humanista moderna também produziu, em diversos aspectos, um marcante autoaniquilamento do ser humano a partir daquilo que o próprio ser humano criou.

Consideremos, por exemplo, o avanço tecnológico, ora acompanhado de uma moralidade individualista, ora utilizado a serviço de nacionalismos extremistas. Consideremos, ainda, as grandes guerras mundiais do século XX ou a antropologia evolucionista, que tanto justificou novas colonizações e subalternizações de povos inteiros. Lembremo-nos também do machismo, da xenofobia, da pobreza e dos racismos estruturais que ainda persistem entre nós.

Ora, não estamos aqui criando espaço para uma cosmovisão em sentido tradicionalista e antimoderno, que, por sua vez, só sabe ver pessimismo no mundo pós-medieval – o papa João XXIII (1998, p. 1095) chamou aqueles que veiculam tal cosmovisão de “profetas da desventura”<sup>3</sup> em seu discurso *Gaudete Mater Ecclesiae*, na abertura do Concílio Vaticano II. Mas é preciso considerar que a promessa moderna, com seu destaque no Iluminismo, foi a de que se a razão e a ciência guiassem a humanidade, então o progresso viria. E, de fato, veio. Entretanto, quais foram os tipos de progresso que vieram?

Nessa perspectiva, o papa Paulo VI, em sua doutrina social presente na encíclica *Populorum progressio* (PP), foi claro ao explicar que se o desenvolvimento econômico não for acompanhado de um integral desenvolvimento humano, ele não é verdadeiro desenvolvimento, não passa de desenvolvimentismo e progressismo, e, portanto, de um humanismo desumano<sup>4</sup>. Em suas palavras:

O desenvolvimento não se reduz a um simples crescimento econômico. Para ser autêntico, deve ser integral, quer dizer, promover *todos os homens e o homem todo*. [...] É necessário promover *um humanismo total*. Que vem ele a ser senão o desenvolvimento integral do homem todo e de todos os homens? Poderia aparentemente triunfar um *humanismo limitado*, fechado aos valores do espírito e a *Deus, fonte do verdadeiro humanismo*. O homem pode organizar a terra sem Deus, mas “sem Deus

<sup>3</sup> Quanto a essa afirmativa de João XXIII, o texto original em latim traz a expressão “*adversarum vaticinatoribus*”, que o texto em italiano da Libreria Editrice Vaticana traduz por “*profeti di sventura*” (Ioannis XXIII, 1998, p. 1095). Já a tradução espanhola do site vatican.va traz a expressão “*profetas de calamidades*” (disponível em: [https://www.vatican.va/content/john-xxiii/es/speeches/1962/documents/hf\\_j-xxiii\\_spe\\_19621011\\_opening-council.html](https://www.vatican.va/content/john-xxiii/es/speeches/1962/documents/hf_j-xxiii_spe_19621011_opening-council.html)). A tradução portuguesa do mesmo site, por sua vez, fala de “profetas da desventura” (disponível em: [https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/speeches/1962/documents/hf\\_j-xxiii\\_spe\\_19621011\\_opening-council.html](https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/speeches/1962/documents/hf_j-xxiii_spe_19621011_opening-council.html)). Ademais, a tradução trazida pelo texto em português-brasileiro da Editora Paulinas (edição de 2007, p. 29) das mensagens, discursos e documentos do Concílio utiliza a expressão “profetas da miséria”. Essa tradução é feita a partir do original italiano de 1985 publicado pelo Centro Editoriale Dehoniano, de Bolonha.

<sup>4</sup> Bento XVI também retomou inúmeras vezes essa discussão sobre o(s) humanismo(s). Em especial, ele reflete sobre isso em sua encíclica social *Caritas in veritate*, de 2009, escrita em comemoração à citada encíclica de Paulo VI, *Populorum progressio*.

só a pode organizar contra o homem. *Humanismo exclusivo é humanismo desumano*. Não há, portanto, verdadeiro humanismo, senão o aberto ao Absoluto, reconhecendo uma vocação que exprime a idéia (*sic*) exata do que é a vida humana. O homem, longe de ser a norma última dos valores, *só se pode realizar a si mesmo, ultrapassando-se*. Segundo a frase, tão exata de Pascal: “O homem ultrapassa infinitamente o homem” (PP, 14.42. Itálicos nossos).

Fabrice Hadjadj (2015, p. 2-3, n. 5) retoma esse raciocínio da *Populorum progressio*, aproveitando o ensejo para refletir que as lógicas dos humanismos propostos por Francisco e Paulo VI concordam entre si, ajudando-nos a compreender que os contextos de fala de ambos são distintos, mas não o lugar teológico da fala.

Desse modo, se não há mais lugar para a transcendência humana na realidade contemporânea, então não há mais natureza humana para ela, não resta lugar nela para o ser humano. O homem faz-se um deus, mas termina por desdivinizar-se... O humanismo antropocêntrico realiza, assim, um “pós-humanismo tecnocêntrico” (Hadjadj, 2015, p. 3, n. 6), no qual o ser humano, sedento de autonomia, acaba se tornando escravo de suas próprias criações, que se autonomizam e o dominam. Querendo tudo, o homem já não tem praticamente mais nada: sua dignidade humana ontológica não se perde – jamais<sup>5</sup> –, mas fica difícil encontrá-la. Eis, então, o desafio antropológico: reencontrar nossa dignidade de pessoa humana, com todos os seus paradoxos, mas também com sua profundidade e mistério (cf. GS, 22), e recolocá-la no centro<sup>6</sup>.

## A ambiguidade da dignidade humana e a grandeza de ser criatura

O termo “dignidade humana”, segundo Hadjadj, é permeado de uma ambiguidade: pode expressar tanto um movimento de *autoidolatria* quanto o movimento de *receptividade e responsabilidade* humana, exigindo-se, portanto, atenção. Afirma o autor que podemos “colocar o homem no centro, mas a primeira coisa que ele fará, se for verdadeiramente humano, é descentrar-se” (Hadjadj, 2015, p. 5, n. 8). Ora, aqui, descentrar-se é abrir-se, é transcender-se: o ser humano só pode se realizar ultrapassando-se, como disse Paulo VI retomando o filósofo Blaise Pascal (cf. PP, n. 42). Quebra-se, desse modo, a lógica de fechamento autoidolátrico, que é, em última instância, suicida. Deve ficar elucidado que descentrar-se não é o mesmo que reduzir-se e que fazer algo indigno de nossa humanidade não é transcender-se, mas um verdadeiro reduzir-se.

Como se disse, o ser humano é pessoa e, como tal, é um ser de abertura, à imagem e à semelhança do seu Criador (*imago Dei*), comunhão de Pessoas divinas, um transbordar-se de relações<sup>7</sup>. Inevitavelmente essa abertura traz riscos, mas, sem isso, não seríamos pessoas humanas.

Daí que se pode retomar a provocação inicial que falava da necessidade do compromisso de pensar sobre o ser humano e o seu entorno: é urgente pensar seriamente a realidade que nos circunda e,

---

<sup>5</sup> O *Catecismo da Igreja Católica* (CAT) assim se expressa: “Hoje vai-se tornando cada vez mais viva a consciência de que a *dignidade da pessoa não se perde*, mesmo depois de ter cometido crimes gravíssimos” (CAT, n. 2267. Nova redação de 2018. Itálicos nossos).

<sup>6</sup> Nessa linha de sentido, assim se expressou João Paulo II na *Christifideles laici* (ChL): “*Descobrir e ajudar a descobrir a dignidade inviolável de cada pessoa humana* constitui uma tarefa essencial, diria mesmo em certo sentido, a tarefa central e unificadora do serviço que a Igreja, e nela os fiéis leigos, são chamados a prestar à família dos homens” (ChL, 37). Sobre o conceito de “pessoa”, ver: Rodrigues (2008), Zilles (2012), Mounier (2004), Maritain (2019) e Comissão Teológica Internacional (2004).

<sup>7</sup> O *Compêndio da Doutrina Social da Igreja* (CDSI) assim se expressa sobre isso: “Na comunhão de amor que é Deus, em que as três Pessoas divinas se amam reciprocamente e são o Único Deus, a pessoa humana é chamada a descobrir a origem e a meta da sua existência e da história. [...] quando o Senhor Jesus reza ao Pai ‘que todos sejam um’, como nós somos um’ (Jo 17, 21-22), abre caminhos impervios à razão humana, sugere alguma semelhança entre a união das Pessoas divinas e a união dos filhos de Deus na verdade e na caridade. Esta semelhança manifesta que o homem, a única criatura na terra que Deus quis por si mesma, não pode realizar-se plenamente senão pelo dom sincero de si mesmo (cf. Lc 17, 33)”. (CDSI, n. 34; cf. *Gaudium et spes*, 24).

especialmente, pensar a nós mesmos. Nossa humanidade é exigente com a gente mesmo: exige consciência, exige autoconsciência e consciência do entorno, criticidade, alteridade, deliberação, integralidade... Exige verdadeira dignidade. Somos sujeitos cognoscentes, mas também objetos cognoscíveis: pensamos sobre os muitos objetos do mundo, mas também somos um objeto a ser pensado, não somente a coisa pensante; e também podemos pensar sobre o que pensamos, seja sobre o mundo, seja sobre nós mesmos.

Nos dizeres de Hadjadj (2015, p. 5, n. 8), “tal é a nossa dignidade, a de um vazio hospitaleiro ao universo”. Em outras palavras, somos uma abertura transcendente, não um vazio fechado, encerrado em sua própria condição atual, mas, na experiência de nosso limite, de nossas dores e infelicidades, experimentamos também nossa dignidade, pois reconhecemos tal condição, e a ela questionamos. Há grandeza nessa ambiguidade. E, retomando Blaise Pascal, Hadjadj expressa bem essa situação existencial:

Nessa ordem de pensamento, Blaise Pascal constata que a consciência da nossa miséria é o sinal da nossa grandeza. Como sentiríamos nós o caráter miserável da nossa condição, se não fôssemos feitos para qualquer coisa de maior, se não fôssemos “reis despossuídos” [...] Um cão não se lamenta por ter uma vida de cão. Mas nós fazemo-lo, e é a marca de uma nobreza em sofrimento. A evidência de nossa miséria contém esta revelação feliz que nós não nos sentiríamos tão miseráveis se a nossa origem não fosse divina. (Hadjadj, 2015, p. 5, n. 9).<sup>8</sup>

Sabemos que somos fracos, e nisso já há algo de especialmente forte. A experiência de nossa miséria – sendo esta devidamente compreendida por nós como miséria – é sinal de que somos algo mais que essa miséria, de que temos consciência dela e que não podemos nos miserabilizar ainda mais. E que também não podemos sair dela sem reconhecê-la, pois, como disse o mesmo Pascal em outro fragmento de seus *Pensamentos*: “conheçamos, pois, nossas forças; somos algo e não tudo” (Pascal, 1979, Frag. 72).

Mas Hadjadj vai ainda mais longe que Pascal, inspirando-se em Chesterton. Ele faz isso para, no contexto do autoconhecimento humano sobre sua própria dignidade paradoxal, afirmar a importância da gratidão no complemento da compreensão do paradoxo de nossa dignidade: a gratidão é a expressão clara do reconhecimento de nossas fraquezas, do sentimento de nossa indignidade, mas também da dignidade que há em nós especialmente por podermos reconhecê-la.

A gratidão é a expressão da saúde da consciência, pois só é grato quem se reconhece necessitado do outro, limitado, mas também quem se reconhece feliz nessa dependência fraterna e/ou filial. Em última instância, a gratidão possibilita o reconhecimento (ou mesmo decorre dele) de que somos *criaturas*, e se alegra por viver a experiência de sua condição de criatura como um verdadeiro dom. Assim se expressa Hadjadj:

Eis o paradoxo mais profundo da dignidade humana. A sua receptividade e a sua responsabilidade culminam no que respeita à capacidade para a gratidão, mas esta capacidade de gratidão está intimamente ligada ao sentimento da nossa indignidade. Nada dispõe mais à alegria do que saber-se criatura, filho herdeiro, e até mesmo sentir-se pecador. Então reconhecemos que não há nada que não tenhamos recebido, que todos os nossos direitos de homem são, em primeiro lugar, dons de Deus e uma herança dos nossos pais [...] (Hadjadj, 2015, p. 6, n. 10).

---

<sup>8</sup> O texto com o qual Hadjadj dialoga aqui se expressa do seguinte modo nos *Pensées* de Pascal: “O homem não passa de um caniço, o mais fraco da natureza, mas é um caniço pensante. Não é preciso que o universo se arme para esmagá-lo: um vapor, uma gota de água basta para matá-lo. Mas, mesmo que o universo o esmagasse, o homem seria ainda mais nobre do que tudo, pois sabe que morre e a vantagem que o universo tem sobre ele; o universo desconhece tudo isso. Toda a nossa dignidade consiste, pois, no pensamento. O homem transcende infinitamente o homem.” (Pascal, 1979, Frag. 70. Itálicos nossos).

Sesboué (2021), por sua vez, também contribui nesse sentido dos paradoxos da dignidade humana. Diz ele que

A criação do homem à imagem e à semelhança de Deus é o fundamento da iminente dignidade de cada pessoa humana. [...] Nós estamos aqui no centro das afirmações da revelação cristã sobre o homem: o é um ser criado por Deus e chamado, por vocação, a ver Deus. O homem está, portanto, diante de Deus, numa situação de criatura, mas ele é habitado, no coração de si mesmo, por uma abertura infinita a Deus. [...] Tal é o paradoxo cristão do homem [...] Tal é o extraordinário da revelação cristã sobre o mistério do homem. Esse homem, ser finito, é paradoxalmente habitado pelo desejo do infinito, e isso em razão de sua vocação, de uma vocação que entra em sua própria definição. [...] Dizer que o homem é criado é uma resposta à questão necessária da *origem*. [...] Devo meu ser aos outros. Eu me recebo dos outros. Não sou minha fonte. Minha origem não pertence a mim. [...] Essa dependência originária me remete a uma dependência muito mais radical. (Sesboué, 2021, p. 58-59. Itálico do original).

E Rodrigues (2003), inspirando-se também na encíclica *Populorum progressio*, oferece uma síntese singular ao que aqui refletimos, compreendendo que o nosso “dever por excelência” é o do “desenvolvimento”, do desenvolvimento de nossa personalidade, na qual, inclusive, se encontra a razão de ser dos nossos “direitos fundamentais”. Segundo o autor,

Deus, na obra criadora, não nos deixou completamente realizados, mas em vias de realização [...] E essa é a nossa primeira vocação, o chamamento essencial com que Deus nos desafia para vivermos humanamente, no aproveitamento completo das nossas capacidades. [...] numerosos são os deveres com que vamos defrontando. Todos, porém, como dizemos, não são mais que aspectos parcelares [...] de um transcendente e único dever: o dever de procurarmos ser o que Deus espera de cada um de nós. “O crescimento humano constitui como que o resumo dos nossos deveres”. Semelhante dever fundamental de cada pessoa crescer até atingir a sua adequada *dimensão humana* é a principal manifestação do respeito que cada qual deve à sua dignidade pessoal [...] É à luz deste dever essencialíssimo que afinal basicamente se compreendem os nossos direitos. E a razão é simples: nós não nos podemos realizar sem usufruir de alguns bens que o nosso crescimento em humanidade (“crescimento – recordemos – que não é facultativo”) requer necessariamente. (Rodrigues, 2003, p. 23-25).

Ao contrário do que comumente se vê veiculado na sociedade hodierna, ser *criatura* não consiste em algo ruim, que nos impediria de ser o que podemos ser. A Doutrina Social da Igreja, com a sua teologia personalista de fundo, ensina que é justamente por ser uma criatura de Deus, distinta de todos os demais seres criados pelo seu ser “à imagem de Deus” (cf. Gn 1, 27; Gn 2, 7), que o ser humano tem a dignidade que tem, sobretudo a dignidade de pessoa (cf. CDSI, n. 108; CAT, n. 357).

Ainda que no segundo relato da criação<sup>9</sup> seja expresso que o ser humano seja terra (cf. Gn 2, 7), isso não é depreciativo. Há também aqui um importante paradoxo: nós não passamos de pó, mas somos também muito mais do que pó. Antes, isso já é paradoxalmente permeado de riqueza, pois, como bem

---

<sup>9</sup> Os dois primeiros capítulos do livro do Gênesis trazem dois diferentes relatos da criação, sobretudo no que tange à criação do ser humano. Eles foram escritos a partir de duas tradições judaicas diferentes e em épocas diferentes, mas são reciprocamente complementares do ponto de vista antropológico-teológico do cristianismo católico. O primeiro relato da criação encontra-se em Gn 1 – 2, 4a, como uma espécie de poema da criação do universo, sendo uma narrativa de tradição sacerdotal, situada nos últimos anos do exílio babilônico e dos primeiros anos do pós-exílio (aproximadamente entre 550-450 a.C.). Já o segundo relato, que se encontra em Gn 2, 4b-25, é mais antigo (embora esteja colocado após o relato sacerdotal mais recente), sendo uma narrativa de tradição javista (o nome faz referência ao uso frequente do nome pessoal do Deus de Israel, Iahweh = Javé), situada por volta de 950 a.C., na época de Salomão, antes da divisão do reino em 926 a.C. (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, 2018, p. 25-26).



ressaltou Bento XVI (2013, s/p), sim, nascemos da terra, mas de uma “terra boa”, que é obra de um “Criador bom”, que viu que tudo que Ele criou era “muito bom” (Gn 1, 31). Além disso, o mesmo segundo relato da criação deixa claro que somos muito mais do que mero pó, uma vez que fomos o único “pó” da criação que recebeu diretamente de Deus o seu “sopro de vida”, seu “hálito vital”, tornando-nos um “ser vivente” central, com uma dignidade singular diante de toda a criação: “Dentre todas as criaturas, com efeito, somente o homem é ‘capaz de Deus’ (*“homo est Dei capax”*)” (CDSI, n. 109).

Desse modo, os relatos da criação condensados em Gn 1,27 e em Gn 2,7 se complementam na revelação acerca do mistério paradoxal da dignidade inalienável da pessoa humana: eles nos revelam que, embora sendo pó, somos também um ser à imagem de Deus, que trazemos seu sopro de vida. Não há nada de indigno, portanto, em ser *criatura*, desde que seja Deus o nosso Criador. Recolocar o ser humano no centro passa, necessariamente, por esse reconhecimento.

Segundo reflete Rodrigues (2003, p. 15), ainda que os grandes textos contemporâneos que tratam da dignidade humana, como a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* publicada pela ONU em 1948, não façam referência direta ao seu fundamento teológico, “em razão do pluralismo das sociedades actuais (*sic*), servindo o silêncio como ponto donde se pode partir, sem incômodo (*sic*), para chegar a decisões que todos os países aceitem por consenso”, enfatiza o autor português que exatamente “nesta semelhança ou imagem de Deus reside a originalidade do ser humano, entre todos os seres do universo”.

## Uma antropologia que seja teológica ainda tem sentido hoje?

Mas, hoje, numa sociedade marcada pela descartabilidade, pelo utilitarismo e pelo individualismo, o que até aqui foi refletido ainda faz sentido? Como se coloca, hoje, a questão do ser humano? É possível que se reconheça quem ele é nesses termos teológicos?

Segundo provoca Hadjadj (2015, p. 7, n. 11-12), o nosso contexto é marcado por um considerável desprezo pelo que há de singularmente humano no ser humano, que passa a ser visto, cada vez mais, como apenas mais uma “*bio*” no complexo da evolução constante da natureza, desprezando também sua historicidade cultural tipicamente humana. Faz ainda, então, algum sentido falar de ser humano nesse contexto? Para Hadjadj sim.

É, na verdade, justamente por isso que recolocar o humano no centro se tornou uma tarefa e um desafio urgentes, a fim de que não saiam vencedoras as “figuras anti-humanas” da atual realidade tecno-liberal, descartadora e utilitarista criada por nós mesmos: o *cyborg*, o *bonobo* e o *kamikaze* (Hadjadj, 2015, p. 7, n. 11-12). Assim, o desafio antropológico se apresenta, atualmente, de modo radical: a própria presença/existência do que é o específico humano é posta em “xeque”.

Ora, o papa João Paulo II, na encíclica *Centesimus annus* (CA), chegou a afirmar que a dimensão teológica se revela absolutamente necessária para darmos conta de interpretar e resolver nossas questões contemporâneas (cf. CA, n. 55). O documento intitulado *Oeconomicae et pecuniariae quaestionis* (*As questões econômicas e financeiras* – OPQ), cuja elaboração se deu conjuntamente pela Congregação para a Doutrina da Fé e o Dicastério para o Serviço do Desenvolvimento Humano Integral, também é bastante direto ao afirmar que “sem uma adequada visão do homem não é possível fundar nem uma ética, nem uma práxis à altura da sua dignidade e de um bem que seja realmente comum” (OPQ, n. 9). Em perspectiva semelhante, Fabrice Hadjadj entende que vivemos um momento no qual se impõe a necessidade de um resgate antropológico fundamental, apresentando-nos o “desafio antropológico” que vivemos como um verdadeiro “desafio teológico”, que é então, por assim dizer, o contexto de “um formidável apelo à evangelização” (Hadjadj, 2015, p. 7, n. 13).

Nesse sentido, as reflexões aqui se sintetizam em uma hermenêutica que entende o mundo atual como radicalmente necessitado de uma urgente antropologia que seja teológica, superando as promessas tecno-liberais-utilitaristas que não se cumpriram. Como diz Hadjadj: “quando as esperanças mundanas não podem mais sustentar um impulso na história, é necessário insuflar este impulso a partir da esperança teológica” (Hadjadj, 2015, p. 8, n. 13).

Manifesta-se, assim, o tempo-espaço propício para o resgate da esperança, da fé, da transcendência, para além de toda alienação ou satanização do mundo, sem o dualismo que hipervaloriza ou o espírito ou o corpo de modo fragmentador. Oportunidade ímpar para uma redescoberta da dignidade integral do ser humano, que é, ainda, condição sem a qual não se salva também a dignidade de todo o mundo criado.

Não se recoloca, portanto, o ser humano no centro sem a urgência do resgate do anúncio do Evangelho, do evangelho da pessoa humana, que é especialmente aquela Boa Nova da encarnação do Verbo, do Deus feito homem no meio dos seres humanos como paradigma humano, como modelo de pessoa não instrumentalizável, instrumentalizada e nem instrumentalizadora. Como bem expressou a constituição pastoral *Gaudium et spes* (GS), é no mistério do Verbo que o mistério humano se esclarece plenamente e temos acesso à revelação de nossa elevada vocação (cf. GS, 22). Antropologia e Cristologia se iluminam reciprocamente, com implicações que ainda fazem sentido e sempre farão, anunciando a grandeza, a primazia e a dignidade integral de cada pessoa e denunciando tudo aquilo que a degrada, viola e apequena<sup>10</sup>.

## Antropologia e economia: sentidos e implicações

Em harmonia com a visão que permeia a Doutrina Social da Igreja, Fabrice Hadjadj demonstra que a discussão antropológica atualmente deve tocar, especialmente, na questão econômica, sobretudo pela importância que essa questão ganhou na contemporaneidade: recolocar o ser humano no centro hoje é uma questão de economia, pois esta é, em sua essência, uma questão de antropologia, e de antropologia teológica. Para falar de economia deve-se falar de antropologia e vice-versa. Dessa forma, redescobrir o fundamento original da economia é, na perspectiva desse autor, uma problemática também urgente.

Segundo Hadjadj (2015, p. 8, n. 15), o termo economia “é uma das palavras da qual certamente se perdeu mais o sentido”. Buscando, desse modo, resgatar suas bases, o autor faz uma exaltação da linguagem econômica segundo a perspectiva “dos nossos avós”, que tomavam a economia como “uma virtude moral” (Hadjadj, 2015, p. 9, n. 15). Nessa perspectiva, “a economia de nossos avós” afrontaria de modo contumaz a atual sociedade do desperdício, do utilitarismo e do humanismo vazio individualista, pois aquela economia consistia em evitar o desperdício, em compartilhar, gerar comunhão, afabilidade, amizade, amor... Economia, desse modo, é coisa de casa, tem a ver com convívio, com simplicidade cotidiana, em síntese, com família: “*Oïkos*, em grego significa ‘casa’, ‘lar’, lugar onde a família se implanta. *Nómos* significa ‘lei’. A economia é pois a lei ou a ordem na família”, enfatiza Hadjadj (2015, p. 9, n. 16.).

---

<sup>10</sup> Nessa linha reflexiva da relação entre Antropologia e Cristologia, Rodrigues (2003, p. 16) afirma que a dignidade humana será sempre maior “se não esquecermos que o próprio Filho de Deus Se fez homem e que, portanto, na humanidade de Cristo, igual à nossa, toda a história humana ficou incomensuravelmente enobrecida”. E, noutro trecho, o bispo português nos ajuda a compreender que uma antropologia que seja teológica ainda faz sentido hoje, quando enfatiza que é só no ser humano que a sociedade encontra sua justificação, e não o contrário, de tal forma que “nenhum sistema econômico (*sic*), político, cultural ou ideológico vale contra o primado do homem, que Deus criou como referência última da criação inteira” (Rodrigues, 2003, p. 13).

Contudo, essas coisas não parecem úteis à sociedade utilitarista e a sua mercadologia. O economicismo zomba da economia como coisa de casa e a transforma em coisa de *shopping*, de *marketing*, de industrialismo produtivista e eficientista. Como tal, o economicismo também transforma a economia em coisa apressada, em artigo de ostentação, em poder de compra, em produção de excedentes, em realidade de consumismo.

E aqui o problema antropológico se manifesta de modo evidente, pois essa economia da atualidade não é produzida, propriamente, para ser coisa de gente, mas coisa de consumidor... Não serve à pessoa humana; antes, submete a pessoa ao seu serviço, iludindo-a com a ideologia do individualismo: a pessoa, que é marcadamente relacional, autoconsciente e transcendente, é reduzida a mero indivíduo, e o indivíduo só “é” algo mais ou menos humanizado na medida em que “tem” mais, que “consome” mais, egoisticamente.

O já mencionado documento conjunto da Congregação para Doutrina da Fé e do Dicastério para o Desenvolvimento Integral é marcadamente esclarecedor sobre isso:

[...] a nossa época revelou as limitações de uma visão individualista do homem, entendido prevalentemente como consumidor, cuja vantagem consistiria antes de tudo em uma otimização de seus ganhos pecuniários. Todavia, a pessoa humana possui, peculiarmente, uma índole relacional e uma racionalidade em perene busca de ganho e de um bem-estar que sejam integrais, não reduzíveis a uma lógica de consumo ou aos aspectos econômicos da vida. Esta fundamental índole relacional do homem é caracterizada de maneira essencial por uma racionalidade que resiste a qualquer redução coisificante das suas exigências de fundo. (OPQ, n. 9).

Francisco, por sua vez, na exortação apostólica *Evangelii gaudium* (EG), também faz um importante alerta acerca da situação econômico-financeira atual. Suas palavras nos ajudam de modo singular na elucidação do que estamos refletindo:

*A crise financeira* que atravessamos faz-nos esquecer que, na sua origem, há uma *crise antropológica* profunda: a negação da primazia do ser humano. Criamos novos ídolos. A adoração do antigo bezerro de ouro encontrou uma nova e cruel versão no *fetichismo do dinheiro* e na ditadura duma *economia sem rosto e sem objetivo verdadeiramente humano*. A crise mundial, que investe as finanças e a economia, põe a descoberto os próprios desequilíbrios e sobretudo a *grave carência duma orientação antropológica* que *reduz o ser humano* apenas a uma das suas necessidades: *o consumo* (EG, n. 55. Itálicos nossos).

Uma situação, porém, é importante ressaltar nisso tudo: a reflexão feita por Hadjadj à luz da “economia dos avós” não se trata de um mero saudosismo, não se trata de romantizar um determinado passado. Pelo contrário, ela marca-se pela denúncia do agravamento de uma perda de sentido das realidades econômica e antropológica na contemporaneidade que já estava em trânsito há algum tempo. Conforme observado Chesterton, outrora já estávamos perdidos, e “agora, aquele que, desde há muito perdera o seu caminho, perdeu também seu endereço” (Chesterton *apud* Hadjadj, 2015, p. 9, n. 16).

Tal como refletido acerca da sociedade que reduz o ser humano a mais uma “*bio*” dentre outras no complexo da evolução, o problema antropológico manifesto no problema econômico contemporâneo se revela aprofundado num agravamento radical: o sujeito humano atual tem perdido a própria noção de destino, do seu próprio destino, alienou sua própria vitalidade, perdendo também, por consequência, o sentido da própria economia.

“Ouve-se dizer que o homem de hoje sabe enviar sondas a Júpiter, manipular a matéria à escala do nanómetro (*sic*), etc. Mas, quem é este famoso ‘Homem’, capaz de semelhantes proezas? A técnica e o liberalismo modernos prometiam aumentar-lhe a autonomia, mas, o que verdadeiramente se autonomizou, (*sic*) foi um processo técnico-liberal que escapa a todo controle e que produz os seus efeitos mais espetaculares, tornando-nos cada vez mais dependentes dele para a nossa simples sobrevivência. Em troca de bens de consumo, em grande número, alienámos (*sic*) cada vez mais as nossas competências vitais.”<sup>11</sup> Acrescento que nós as alienámos (*sic*), porque nos vemos como simples indivíduos e não como filhos, herdeiros de uma tradição, de competências, de rituais familiares... Porque perdemos o sentido verdadeiro da economia. (Hadjadj, 2015, p. 10, n. 16).

Nesse jogo, o ser humano, mais uma vez, parece valorizado, mas na verdade o individualismo sufoca sua integralidade. No afã da hipervalorização antropocêntrica moderna, a pessoa se perde, reduz-se a uma abstração generalizante, faz de si uma mera “res cogitans”<sup>12</sup>, uma coisa pensante, que, no entanto, tem dificuldade de pensar e de reconhecer que sua concretude humana não se realiza integralmente nesse contexto, dado que não há uma verdadeira família humana nele, mas somente indivíduos-peças de engrenagens utilitárias.

Estamos, então, diante de mais um verdadeiro paradoxo antropológico moderno: reduzimo-nos a uma “res cogitans”, e depois a uma “res extensa”<sup>13</sup> e, por fim, somente a uma “res”, coisa. Esquecemos que somos ambas, e muito mais. Mas, reduzindo-nos a somente uma delas, acabamos não sendo nem uma nem outra, e nossa humanidade integral fica perdida em fragmentação. É como refletiu poeticamente Carlos Drummond Andrade em seu *Eu, etiqueta*:

[...] Por me ostentar assim tão orgulhoso  
De ser não eu, mas artigo industrial,  
Peço que meu nome retifiquem.  
Já não me convém o título de homem.  
Meu nome novo é Coisa.  
Eu sou a Coisa, coisamente. (Andrade, s.d.<sup>14</sup>).

Hadjadj, por fim, enfatiza que estamos numa era que também pode ser denominada de “contra-anúnciação” (Hadjadj, 2015, p. 10, n. 17). Em um contexto econômico-social de espírito desfamiliarizante<sup>15</sup>, que “lisonjeia” o individualismo e a mão invisível do mercado, que é, então, um contexto marcadamente carente de rosto, de vida, de alteridade, diz Hadjadj (2015, p. 10, n. 17) que “o mistério do Verbo feito carne [que é onde o mistério do homem se esclarece, como já foi dito] é parodiado pelo projeto tecnicista”. Cria-se, aí, um homem novo: máquina, o “computadorizado” que “afasta o Logos” e absolutiza o logaritmo; do ser humano que é produzido para ser útil e não gratuito; que é feito para ter mais, e não que existe já enquanto pessoa plena e vocacionada para “ser mais” (PP, 15; Freire, 2020); um ser fabricado em massa para ser indivíduo sem origem, e não filho concreto, genealógico.

<sup>11</sup> Nesse trecho em aspas Hadjadj cita o filósofo francês Olivier Rey, a partir de uma entrevista que teve com ele.

<sup>12</sup> Tomamos emprestada uma terminologia do filósofo René Descartes manifesta em suas *Meditações metafísicas*. “Res cogitans” significa, grosso modo, “coisa pensante”, imaterial, espiritual.

<sup>13</sup> Também de Descartes, “res extensa” significa, grosso modo, “coisa extensa”, material, corpórea.

<sup>14</sup> Disponível em: <http://projetos.educacional.com.br/paginas/pp/47080001/3854/t132.html>. Acesso em: 29 ago. 2022.

<sup>15</sup> Para tomar emprestada uma expressão de Sérgio Buarque de Holanda (2013) em seu livro *Raízes do Brasil*. Dados completos nas Referências deste artigo.

Mas “a teologia cristã, pelo contrário, assume a genealogia até do próprio Deus, através do mistério da Trindade” (Hadjadj, 2015, p. 11, n. 18). Para o cristianismo, Deus tem rosto, e a pessoa humana também, e isso é ontologicamente indestrutível.

## Mercadologia e antropologia no Brasil hoje

Pelo que se refletiu até aqui, percebe-se que vigora no mercado econômico atual uma destacada lógica que é mercadológica e não antropológica. Nela, o que foi colocado no centro não é o ser humano, mas sim o lucro economicista de alguns, por vezes vistos como mais humanos que outros. Como tem expressado Francisco: “essa economia mata” (EG, n. 53).

Ora, reduzir o ser humano à mera materialidade consumidora e ao determinismo econômico pode abrir espaços para uma ideologia que o usa como mercadoria com o intuito de, supostamente, fortalecer o mercado a seu serviço. Ou seja, esse *mal*, que é o uso instrumentalizado do ser humano, acaba sendo apresentado como um *bem*. E isso se dá por meio da noção ideológica de que o aparente privilégio mercadológico de alguns servirá, em médio prazo, para o crescimento e o enriquecimento material de todos. Isso é falacioso.

A suposta “autorregulação” da economia na livre concorrência e a noção de “eficiência” econômica, que supostamente estariam, em última instância, a serviço do bem comum e da promoção da dignidade de todos, têm se revelado, há séculos, como uma promessa irrealizada. Diversos pontífices refletiram sobre isso.

O papa Pio XI, na encíclica *Quadragesimo anno* (QA), já havia afirmado que, em consequência da invasão do espírito individualista no campo econômico, “a livre concorrência matou-se a si própria; à liberdade do mercado sucedeu o domínio econômico; à avidez do lucro seguiu-se a desenfreada ambição de domínio; toda a economia se tornou horrendamente dura, cruel, atroz” (QA, n. 109).

João XXIII foi enfático na encíclica *Mater et magistra* ao afirmar que, assim como a luta de classes de tipo marxista, também a concorrência de tipo liberal é contrária à natureza e à concepção cristã da vida (cf. MM, n. 22).

O papa Paulo VI também afirmou que “a regra da livre troca já não pode, por si mesma, reger as relações internacionais” (PP, n. 58), colocando em causa o princípio fundamental do liberalismo.

Mais recentemente, o papa Francisco, por sua vez, foi enfático ao afirmar na *Evangelii gaudium* que “não podemos mais confiar nas forças cegas e na mão invisível do mercado” (EG, n. 204). Na encíclica *Laudato si'* (LS), por seu turno, afirmou claramente que a economia “não deve submeter-se aos ditames e ao paradigma eficientista da tecnocracia” (LS, n. 189) se quiser estar, de fato, a serviço de uma autêntica promoção da vida humana. E, na encíclica *Fratelli tutti* (FT), foi direto e elucidativo:

O mercado, por si só, não resolve tudo, embora às vezes nos queiram fazer crer neste dogma de fé neoliberal. Trata-se dum pensamento pobre, repetitivo, que propõe sempre as mesmas receitas perante qualquer desafio que surja. O neoliberalismo reproduz-se sempre igual a si mesmo, recorrendo à mágica teoria do “derrame” ou do “gotejamento” – sem a nomear – como única via para resolver os problemas sociais. (FT, n. 168).

Ora, cada vez mais pessoas morrem esperando um “dia melhor” que nunca chega, vendo seu processo natural de definhamento da vida agravado por uma conjuntura sociopolítico-econômica que insiste em transformar o ser humano em mercadoria e a mercadoria em valor humano: são o “fetichismo do dinheiro” e a “ditadura duma economia sem rosto” de que Francisco já havia falado também na exortação apostólica *Evangelii gaudium* (cf. EG, n. 55). E o mesmo Francisco, na encíclica *Laudato si'*, acrescentou, quebrando decisivamente a lógica das promessas do modelo economicista atual, que

“a salvação dos bancos a todo custo, fazendo pagar o preço à população, sem a firme decisão de rever e reformar o sistema inteiro, reafirma um domínio absoluto da finança que não tem futuro e só poderá gerar novas crises...” (LS, n. 189).

O documento *As questões econômicas e financeiras* (OPQ) oferece uma importante síntese sobre o que acabamos de tratar. Diz ele que:

[...] a liberdade de que gozam os atores econômicos, se compreendida de modo absoluto e distante da sua intrínseca referência à verdade e ao bem, tende a gerar centros de supremacias e a inclinar na direção de formas de oligarquias que no final prejudicam a eficiência do sistema econômico. (OPQ, n. 12).

À vista do exposto, quatro dados recentes ilustram o que foi dito:

- O fórum de Davôs de 2018 apresentou o alarmante dado pesquisado pela Oxfam de que aproximadamente 1% da população mundial retém 82% de tudo que é produzido no mundo<sup>16</sup>. Como se vê, sobram apenas 18% da produção para ser dividido entre os 99% restantes da população.
- Em janeiro de 2020, a Oxfam apresentou o resultado de uma pesquisa na qual demonstra que os pouco mais de dois mil bilionários do mundo têm mais riqueza concentrada do que 4,6 bilhões de pessoas juntas no mundo<sup>17</sup>.
- A fome avança em escalada acelerada no Brasil. Segundo pesquisa realizada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), a fome no país atinge mais de 33 milhões de pessoas. Os dados foram divulgados no 2º *Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil*, com dados coletados entre novembro de 2021 e abril de 2022<sup>18</sup>.
- Não obstante a tudo isso, mesmo no contexto pandêmico mundial, só no Brasil dez novas pessoas atingiram, estranhamente, o patamar de bilionárias, segundo o *ranking* de 2021 divulgado pela Forbes<sup>19</sup>.

Ao contrário do que se pode apressadamente pensar, os dados acima não são, sequer de longe, sinais de uma economia sadia e que dá chances e esperanças para todos. A promessa da lógica autorreguladora do mercado e sua “mão invisível” realmente não se cumpriu, a não ser para poucos.

Ora, a dignidade humana radica-se na integralidade de sua pessoalidade. Não somos apenas indivíduos, somos *pessoas*, complexas, amplas, de variadas dimensões existenciais, de tal modo que, se um determinado projeto que pretende trazer dignidade a *todas as pessoas* não compreender que algo somente será verdadeiramente digno do homem se servir à *pessoa no seu todo*, então esse projeto, inevitavelmente, terminará com soluções reducionistas antropologicamente, opressoras politicamente e, por fim, excludentes econômica e socialmente. Como tem afirmado o Magistério Social católico, o desenvolvimento não se reduz a mero economicismo, ao que Hadjadj concorda, recordando o sentido

---

<sup>16</sup> Disponível em: <https://noticias.r7.com/internacional/mais-de-80-da-riqueza-do-mundo-esta-nas-maos-de-1-da-populacao-22012018> e <https://g1.globo.com/economia/noticia/super-ricos-ficam-com-82-da-riqueza-gerada-no-mundo-em-2017-diz-estudo.ghtml>. Acesso em: 31 ago. 2022.

<sup>17</sup> Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/noticias/bilionarios-do-mundo-tem-mais-riqueza-do-que-60-da-populacao-mundial/>. Acesso em: 31 ago. 2022.

<sup>18</sup> Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/20-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/>. Acesso em: 31 ago. 2022.

<sup>19</sup> Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2021/04/brasil-tem-10-novos-bilionarios-no-ranking-de-2021/>. Acesso em: 31 ago. 2022.

patrístico da economia, que, segundo afirma, “não é o acumular sem fim de bens materiais, mas o implementar um espaço de vida para as famílias” (Hadjadj, 2015, p. 12, n. 22).

Uma vez mais, o documento *As questões econômicas e financeiras* é elucidativo:

[...] cada progresso do sistema econômico não pode ser considerado se medido tão somente mediante aos parâmetros da qualidade e da eficácia em produzir ganhos, mas deve ser medido também mediante a base da qualidade de vida que produz e da extensão social do bem-estar que difunde [...] Cada sistema econômico legitima a sua existência não somente mediante o mero crescimento quantitativo das trocas econômicas, mas documentando, sobretudo, a sua capacidade de produzir desenvolvimento para todo o homem e para cada homem. Bem-estar e desenvolvimento exigem-se reciprocamente, requerendo políticas e perspectivas sustentáveis para além do breve prazo. [...] O bem-estar deve ser, portanto, avaliado com critérios bem mais amplos que o Produto Interno Bruto (PIB) de um país, levando em consideração também outros parâmetros, por exemplo a segurança, a saúde, o crescimento do “capital humano”, a qualidade da vida social e do trabalho. E o ganho pode ser sempre buscado, mas não “a qualquer custo”, nem como referência totalizante da ação econômica. Aqui, mostra-se paradigmática a importância de parâmetros humanizadores [...] (OPQ, n. 10-11).

E é especialmente aqui que se manifesta um problema singular no contexto recente do Brasil: o modelo de Reforma da Previdência que circulou e acabou sendo aprovado no país no final do ano de 2019<sup>20</sup>. Segundo denunciou a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) no encerramento da sua 57ª Assembleia Geral<sup>21</sup>, o modelo de base dessa Reforma é o da exclusão social, pressupondo uma antropologia reducionista que submete o ser humano à mercadologia. Ele serve a uma economia da exclusão que opta “por um liberalismo exacerbado e perverso” e serve ao dinheiro em vez de servir ao homem, ferindo duas bases fundamentais da Doutrina Social da Igreja, que são o da centralidade da “dignidade integral da pessoa humana” e o da “primazia do trabalho sobre o capital”.

Como outrora chegou a explicar o papa João Paulo II na encíclica *Laborem exercens* (cf. LE, n. 6), a realidade do trabalho humano possui duas dimensões básicas: a dimensão *objetiva* (que se refere ao próprio resultado objetivo ou produto material oriundo trabalho criativo humano) e a dimensão *subjativa* (que se refere à própria ontologia criativa do ser humano, de onde a materialidade do trabalho se origina e a quem deve estar a serviço, não acima). Nesse sentido, o trabalho e a economia devem servir e não mandar, devem potencializar a realização integral da dignidade humana como um verdadeiro bem comum, permitindo, dentro do limite que lhe compete, que o ser humano atinja a sua própria perfeição, e não subjuguá-lo e explorá-lo em nome de interesses escusos, partidários, economicistas e excludentes.

E isso nos remete diretamente ao núcleo da definição clássica de *bem comum* segundo o *corpus* dos princípios da Doutrina Social da Igreja: ali, o bem comum é apresentado justamente como o conjunto de condições da vida social que permitem ao ser humano atingir à sua própria perfeição (cf. GS, n. 26; CAT, n. 1906; CDSI, n. 164)<sup>22</sup>.

Como se pode notar, não adianta difundir-se a retórica ideológica de que “o trabalhador terá que fazer ‘sacrifícios’ em nome da Nação”, porque o fim não justifica os meios. A pessoa humana, com seus

---

<sup>20</sup> Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/11/08/congresso-promulga-reforma-da-previdencia-nesta-terca-feira/#conteudoPrincipal>. Acesso em: 31 ago. 2022.

<sup>21</sup> A *Mensagem da CNBB ao povo brasileiro* é datada de 07 de maio de 2019. Íntegra do texto encontra-se disponível em: <https://www.cnbb.org.br/episcopado-brasileiro-em-sua-57a-assembleia-geral-emite-mensagem-da-cnbb-ao-povo-brasileiro/>. Acesso em: 31 ago. 2022.

<sup>22</sup> Na verdade, a base dessa definição clássica está nas encíclicas sociais de João XXIII. Ver em: *Mater et magistra* (MM, n. 62) e *Pacem in Terris* (PT, n. 58).

direitos fundamentais, não deve jamais ser instrumentalizada como meio para outra finalidade que lhe seja alheia, dado que isso não passa de violência e ataque frontal ao verdadeiro bem comum e, portanto, à dignidade e centralidade da pessoa humana.

O *Catecismo da Igreja*, mais especificamente em sua Terceira Parte, apresenta uma importante argumentação sobre isso. Há nele uma discussão sobre a comunidade humana, especialmente em seu Artigo II, que parte da noção sociológico-filosófica do conceito de *autoridade política*; quando se discute a legitimidade moral da autoridade, apresenta-se justamente a perspectiva do bem comum, que – enfatize-se – deve ser legitimamente buscado e alcançado. O texto é claro: ali se afirma que, para atingir o bem comum, deve-se “empregar meios moralmente lícitos” (CAT, n. 1902). Caso contrário, o que restará será somente desrespeito à dignidade humana e a própria destruição da *autoridade* pela sua deslegitimação moral, pois ela deixará de servir ao ser humano, afrontará seus direitos fundamentais e se degenerará em violência.

Desse modo, aquilo que é verdadeiramente direito humano jamais deve ser visto como uma concessão estatal (Rodrigues, 2008), pois a origem de cada um desses direitos está na própria dignidade da natureza humana. A autoridade do Estado não os concede como se fosse um pai bondoso (paternalismo, populismo): ao contrário, o Estado está obrigado moralmente a reconhecê-los e a servi-los em cada ser humano. E os direitos à seguridade social, à previdência e à aposentadoria são indispensáveis à pessoa humana, são um dos bens fundamentais para que ela atinja sua própria perfeição, conforme expressa a noção de bem comum.

No que se refere especificamente ao Brasil, tal direito foi conquistado às duras penas, devendo ser fortemente rechaçado todo e qualquer movimento economicista que o coloca em risco ao invés de trabalhar para o seu efetivo e verdadeiro aperfeiçoamento. O simples fato de o modelo economicista não privilegiar *todas as pessoas* já o torna profundamente repreensível do ponto de vista quantitativo. Mas a situação é ainda mais grave quando considerada de um ponto de vista ontológico e qualitativo, na medida em que o economicismo se revela um instrumental reducionista que não privilegia e nem mesmo reconhece *a pessoa no seu todo* (cf. PP, n. 14.42), colocando o lucro no centro e marginalizando a grandeza das pessoas.

É necessário, portanto, como exorta a Doutrina Social da Igreja, “deixar-se guiar por uma imagem integral do homem” (CDSI, n. 376) e a ela servir, pois “homem é o autor, o centro e o fim de toda a vida econômico-social” (GS, n. 63). Nem a economia nem a política devem reinar, mas servir (EG, n. 58), já que nenhuma delas existe anteriormente e acima do ser humano. Não há nenhum “sábado” para o qual o homem foi feito (cf. Mc, 2, 27), ou seja, não há nenhuma instituição humana que seja maior que o próprio ser humano.

## Considerações finais

Diante do exposto, Fabrice Hadjadj (2015, p. 11, n. 20) conclui em seu texto/conferência que o reencontro com “o sentido da família e da filiação, da paternidade e da maternidade” se faz indispensável para nossa saída da atual crise econômico-antropológica.

Nesse sentido, o reconhecimento de nossa condição de criatura e a nossa gratidão por isso ganham vigor. Faz-se fundamental não nos esquecermos que somos, sobretudo, filhos e filhas, e que somos integralmente humanos justamente nisso, em nossa condição filial: somos filhos e filhas no Filho, o Verbo em cujo mistério reconhecemo-nos e cuja grandeza a contra-anúnciação de nossa época descartável, individualista e utilitarista quer parodiar por meio da tecno-pós-humanidade.



Urge, assim, “reencontrar o sentido da família humana” (Hadjadj, 2015, p. 11, n. 20), daquilo que o *corpus* da Doutrina Social da Igreja nos apresenta como bem comum e que Francisco, recentemente, exaltou como fraternidade humana universal na encíclica *Fratelli tutti*. Urge, então, redescobrir o sentido da proximidade comprometida, da alteridade ética e da simplicidade dos ritos familiares. Essas situações reclamam ao ser humano que tenha consciência dos próprios passos e, singularmente, do próprio sentido de ser pessoa humana. Elas também interpelam nossas pretensas convicções e podem provocar uma expansão de nossas visões: “é o que fez Jesus ressuscitado: encontrou-se no meio dos seus apóstolos, comeu com eles, comentou-lhes as Escrituras [...] tornando-se próximo” (Hadjadj, 2015, p. 12, n. 22).

Alerta Hadjadj (2015, p. 12, n. 22), por fim, que o modo de Deus agir, o jeito como ele faz as coisas e nos salva é o que os Padres da Igreja chamaram de “economia da salvação”. Especialmente na pessoa de Jesus, a “economia” de Deus é verdadeiramente “humana”, e sua humanidade é verdadeiramente “divina”... Revela nossa grandeza na medida em que nos encontra em nossa pequenez, fazendo-se radicalmente próximo de nós numa relação encarnada de amor, na qual Palavra e Ação são tão coerentes que se fazem uma só coisa: o Verbo encarnado, o Deus humanado que nos resgata de nossa decadência. “Tendo amado os seus que estavam no mundo, amou-os até o fim” (Jo 13, 1): em Jesus, o ser humano é verdadeiramente recolocado no centro e é revelado um humanismo integral que jamais se tornará obsoleto.

## Referências

ANDRADE, Carlos Drummond. *Eu, etiqueta*. Disponível em: <http://projetos.educacional.com.br/paginas/pp/47080001/3854/t132.html>. Acesso em: 29 ago. 2022.

BENTO XVI. Carta encíclica *Caritas in Veritate* sobre o desenvolvimento humano integral na caridade e na verdade. 29 de junho de 2009. São Paulo: Loyola, 2009. (Documentos do Magistério)

BENTO XVI. *Eu creio em Deus: o Criador do Céu e da terra, o Criador do ser humano* (Audiência Geral). 6 de fevereiro de 2013. Disponível em: [http://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/audiences/2013/documents/hf\\_ben-xvi\\_aud\\_20130206.html](http://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/audiences/2013/documents/hf_ben-xvi_aud_20130206.html). Acesso em: 29 ago. 2022.

COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL. *Comunhão e serviço: a pessoa humana criada à imagem de Deus*. 2004.

CONCILIO VATICANO II. *Concilio Vaticano II: costituzioni, decreti, dichiarazioni*. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1998.

CONCÍLIO VATICANO II. Constituição pastoral *Gaudium et Spes* sobre a Igreja no mundo de hoje. In: CONCÍLIO VATICANO II. *Vaticano II: mensagens, discursos e documentos*. 2. ed. Tradução de Francisco Catão. São Paulo: Paulinas, 2007, p. 470-549.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Bíblia Sagrada*. Tradução Oficial da CNBB. Brasília: Edições CNBB, 2018.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Mensagem da CNBB ao povo brasileiro*. 07 de maio de 2019. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/episcopado-brasileiro-em-sua-57a-assembleia-geral-emite-mensagem-da-cnbb-ao-povo-brasileiro/>. Acesso em: 31 ago. 2022.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. DICASTÉRIO PARA O SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO INTEGRAL. *Oeconomicae et pecuniariae quaestiones*. Considerações para um discernimento ético sobre alguns aspectos do atual sistema econômico-financeiro. 6 de janeiro de 2018. Brasília: Edições CNBB, 2018.

FRANCISCO. Exortação apostólica *Evangelii Gaudium* sobre o anúncio do evangelho no mundo atual. 24 de novembro de 2013. São Paulo: Loyola, 2013. (Documentos do Magistério)

FRANCISCO. *Palavras do papa Francisco aos participantes no Seminário Internacional sobre um tema abordado na sua Exortação Apostólica Evangelii Gaudium "Por uma economia cada vez mais inclusiva"*. 12 de julho de 2014. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/july/documents/papa-francesco\\_20140712\\_seminario-economia.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/july/documents/papa-francesco_20140712_seminario-economia.html). Acesso em: 31 ago. 2022.

FRANCISCO. Carta encíclica *Laudato si'* sobre o cuidado da Casa Comum. 24 de maio de 2015. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco\\_20150524\\_encyclica-laudato-si.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_encyclica-laudato-si.html). Acesso em: 31 ago. 2022.

FRANCISCO. Carta encíclica *Fratelli Tutti* sobre a fraternidade e a amizade social. 3 de outubro de 2020. São Paulo: Paulus, 2020.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 75. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

HADJADJ, Fabrice. *Recolocar o homem no centro: desafio antropológico*. Conferência proferida no II Encontro Nacional de Leigos, em Porto/Portugal. 24 de janeiro de 2015. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/254374435/Fabrice-Hadjadj-IIENL-Pt>. Acesso em: 29 ago. 2022.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

IOANNIS XXIII. *Discorso di apertura del Concílio*. In: CONCILIO VATICANO II. *Concilio Vaticano II: costituzioni, decreti, dichiarazioni*. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1998.

JOÃO PAULO II. Exortação apostólica *Christifideles Laici* sobre a vocação e missão dos leigos na Igreja e no mundo. 30 de dezembro de 1988. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost\\_exhortations/documents/hf\\_jp-ii\\_exh\\_30121988\\_christifideles-laici.html](https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii_exh_30121988_christifideles-laici.html). Acesso em: 30 ago. 2022.

JOÃO PAULO II. Carta encíclica *Laborem Exercens* sobre o trabalho humano, no 90º aniversário da *Rerum novarum*. 14 de setembro de 1981. Petrópolis: Vozes, 1981. (Documentos pontifícios)

JOÃO PAULO II. Carta encíclica *Centesimus Annus* no centenário da *Rerum novarum*. 1º de maio de 1991. São Paulo: Paulinas, 2007.

JOÃO XXIII. Carta encíclica *Mater et Magistra* sobre a recente evolução da questão social à luz da doutrina cristã. 15 de maio de 1961. 13. ed. São Paulo: Paulinas, 2010. (Voz do Papa)

JOÃO XXIII. Carta encíclica *Pacem in Terris* sobre a paz de todos os povos na base da verdade, justiça, caridade e liberdade. 11 de abril de 1963. São Paulo: Paulinas, 2000. (Voz do Papa)

JOÃO XXIII. Discurso do papa João XXIII *Gaudet Mater Ecclesia* na abertura solene do Concílio. 11 de outubro de 1962. In: CONCÍLIO VATICANO II. *Vaticano II: mensagens, discursos e documentos*. 2. ed. Tradução de Francisco Catão. São Paulo: Paulinas, 2007, p. 27-35.

JOSAPHAT, Frei Carlos. *Evangelho e revolução social*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

MARITAIN, Jacques. *Os direitos do homem e a lei natural*. Tradução de Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

MARITAIN, Jacques. *Três reformadores: Lutero, Descartes e Rousseau*. Tradução de João Henrique Garcia Dias. São Paulo: Cultor de Livros, 2019.

MONDIN, Battista. *O homem, quem é ele?* Elementos de antropologia filosófica. Tradução de R. Leal Ferreira e M. A. S. Ferrari. São Paulo: Paulus, 1980.

MOUNIER, Emmanuel. *O personalismo*. Tradução de Vinícius Eduardo Alves. São Paulo: Centauro, 2004.

PASCAL, Blaise. *Pensamentos*. 2. ed. Tradução Sérgio Melliet. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Pensadores)

PAULO VI. Carta encíclica *Populorum Progressio* sobre o desenvolvimento dos povos. 26 de março de 1967. São Paulo: Paulinas, 2009.

PIO XI. Carta encíclica *Quadragesimo Anno* sobre a restauração e aperfeiçoamento da ordem social em conformidade com a lei evangélica. 15 de maio de 1931. 5. ed. São Paulo: Paulinas, 2004.

PONTIFÍCIO CONSELHO "JUSTIÇA E PAZ". *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. Tradução da CNBB. São Paulo: Paulinas, 2005.

RODRIGUES, António dos Reis. *O homem e a ordem social e política*. Cascais: Principia, 2003.

RODRIGUES, António dos Reis. *Pessoa, sociedade e estado*. Estoril: Principia, 2008.

SANTA SÉ. *Catecismo da igreja católica*. Edição típica vaticana. São Paulo: Loyola, 2000.

SESBOÛÉ, Bernard. *O homem, maravilha de Deus: ensaio de antropologia cristológica*. Tradução de Iranildo Bezerra Lopes. São Paulo: Paulinas, 2021. (Primícias)

ZILLES, Urbano. *Pessoa e dignidade humana*. Curitiba: CRV, 2012.

RECEBIDO: 01/09/2022  
APROVADO: 19/11/2023

RECEIVED: 09/01/2022  
APPROVED: 11/19/2023